

## Poder Judiciário registra queda nos gastos e no consumo em 2020

O Poder Judiciário registrou em 2020, em comparação com o ano anterior, uma queda de 15,4% nos gastos com contratos de vigilância, limpeza, água e esgoto, energia elétrica, motoristas, manutenção de veículos, impressões e telefonia; e com compras de papel, água envasada e copo descartável.

U.Dettmar/SCO/STF



STF Sustentabilidade: Judiciário registra queda nos gastos e no consumo em 2020

Com o impacto da epidemia causada pela Covid-19, os tribunais aderiram ao trabalho remoto, resultando em redução significativa de todos os itens informados no Plano de Logística Sustentável (PLS).

Segundo pesquisa do CNJ, em junho de 2020, apenas 10% dos servidores do Poder Judiciário estavam trabalhando de forma presencial, mesmo que em sistema de rodízio; e apenas 6% apresentavam incompatibilidade de execução de tarefas no regime de trabalho remoto.

A nova realidade imposta pela epidemia resultou em economia de gastos e redução de consumo de todos os 11 itens do PLS analisados no 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça nesta terça-feira (29/6).

Segundo a publicação, em 2020 houve economia de 28% no gasto com energia elétrica; 35% com água e esgoto; 24% com contratos de outsourcing de impressão; 61% com aquisição de papel; 60% no gasto consolidado com aquisição de água envasada descartável e retornável; 60% com aquisição de copos descartáveis; 18% com telefonia; 29% com manutenção de veículos; 13% com contratos de motoristas; 11% nos contratos de serviço de limpeza; 8% nos contratos de vigilância; e 8% nos gastos com reformas.

O valor gasto com vigilância, limpeza, água e esgoto, energia elétrica, contratos com motoristas, impressões, telefonia, compras de papel, água envasada, copos descartáveis e reformas ficou em R\$ 2.984.073.434, montante 15,4% menor do que em 2019.



As maiores despesas foram com contratos de serviços de vigilância e limpeza que, juntos, corresponderam a 60% (R\$ 1.793.407.885) do total informado no Plano de Logística Sustentável (PLS). Por outro lado, as menores despesas apresentadas foram com compra de água envasada, copodescartável e papel, que representaram 0,7% (R\$ 20.746.584) do total.

### **Quedas expressivas**

Além disso, houve redução de consumo de papel (57%), copos descartáveis (58%), embalagens descartáveis de água mineral (60%), na quantidade de impressões (53%), energia elétrica (28%) e no consumo de água e esgoto (30%). Os índices referem-se à comparação com o ano de 2019.

O consumo de papel, por exemplo, medido pela quantidade de papel usado em relação à força de trabalho total do tribunal (incluindo magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e demais colaboradores), registrou a maior redução na série histórica: 2,4 resmas por pessoa, uma média de 1.200 folhas por pessoa. Em 2015, quando o levantamento começou a ser feito, a média era de 4 mil folhas por pessoa.

"Tivemos uma redução drástica, mas, considerando o contexto do período, em que o trabalho presencial foi apenas durante três meses do ano 2020 e que houve um esforço para a digitalização de processos, o resultado ainda poderia ter sido maior", considerou a diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), Gabriela Azevedo Soares.

Em 2020, o Poder Judiciário consumiu 503.099 centos de copos, sendo 388.842 copos de água e 114.257 copos de café. Todos os ramos da Justiça apresentaram redução de seu consumo nesse item em pelo menos 45%, com destaque para os conselhos e tribunais superiores que reduziram seu consumo em 81%. O consumo de copo de café reduziu em 53% e em 59% o consumo de copos de água.

Em relação ao gasto com telefonia, o levantamento apontou que houve uma economia de 18% em todos os segmentos da Justiça, mas, também houve um aumento no número de linhas móveis, o que pode representar o crescimento do uso de plataformas de mensagens, ao invés dos serviços telefônicos.

"No período da pandemia, houve um aumento das linhas telefônicas móveis para que os servidores e servidoras pudessem manter o trabalho remoto, além do atendimento digital dos serviços judiciários, como o balcão virtual. Foi um dado interessante, porque mostrou que é possível ampliar o acesso à Justiça, utilizar a tecnologia sem impactar o financeiro", destacou Gabriela Azevedo. *Com informações da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça.*

### **Date Created**

29/06/2021